



Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e
Assuntos Legislativos

Ata da reunião realizada no dia 15 de maio de 2012.

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, no Gabinete da Vice-Presidência, às onze horas, sob a presidência da Desembargadora Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães, e presentes mais os membros desembargadores corregedor-geral da Justiça, Cleones Carvalho Cunha, José Joaquim Figueiredo dos Anjos e Lourival de Jesus Serejo Sousa, reuniu-se a Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos, para apreciar e decidir as matérias postas. Em pauta: 1) **Processo nº 8963/2012 no qual os Juizes de Direito Titulares das Varas de Açailândia requerem a criação da 6ª Vara da Comarca de Açailândia com competência exclusiva – Fazenda e Saúde Públicas;** a Comissão, unanimemente, decidiu encaminhar à Corregedoria-Geral da Justiça para a elaboração de um projeto único de alteração do Código de Organização Judiciárias do Estado do Maranhão. 2) **Processo nº 10229/2012 no qual o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Des. Antonio Guerreiro Júnior, encaminha novo Projeto de Lei que dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos dos cargos efetivos, comissionados funções gratificadas do quadro de pessoal do Poder**

Lana



Judiciário, tendo em vista a alteração do referido percentual anual dos vencimentos conforme estimativa anual de Impacto Orçamentário/Financeiro; a Comissão, unanimemente, decidiu diligenciar à secretaria para juntada do voto do Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto. 3) Processo nº 12947/2012 no qual o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Des. Antonio Guerreiro Júnior, encaminha documentos para eventual adequação do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão aos termos da decisão do Conselho Nacional de Justiça (PCA nº 5894.98.2011.2.00.0000); a Comissão, unanimemente, decidiu suspender o processo com vistas à Corregedoria-Geral da Justiça. 4) Processo nº 15627/2012 no qual Juízes de Direito de Imperatriz, Caxias e Timon encaminham, como subsídio para reflexão, abaixo-assinado para a elevação das comarcas de Imperatriz, Caxias e Timon à condição de entrância final; a Comissão, unanimemente, decidiu pelo adiamento para que a Associação dos Magistrados do Maranhão consulte os juízes sobre o assunto e se manifeste no prazo de trinta dias. 5) Processo nº 3334/2012 no qual a Juíza de Direito da Comarca de Morros solicita que a aludida Comarca seja contemplada com um analista e dois técnicos, em razão do acúmulo de trabalho e do número reduzido de servidores; a Comissão, unanimemente, decidiu encaminhar à presidência para a apreciação do pedido. 6) Processo nº 12712/2012 no qual o Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Matões solicita a lotação de um analista judicial diante da crescente demanda; a Comissão, unanimemente, decidiu encaminhar à presidência para a apreciação do pedido. 7) Processo nº 5555/2012 no qual o Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Lago da Pedra solicita a lotação de servidores na unidade jurisdicional de sua competência e a criação de um Projeto de Lei que cria mais vagas para a referida Comarca; a Comissão, unanimemente, decidiu encaminhar à presidência para a apreciação do pedido. 8) Processo nº 15496/2012 no qual o segundo secretário da Assembleia Legislativa solicita o encaminhamento à Assembleia Legislativa do Maranhão, Projeto de lei complementar criando as Centrais de Conciliação na estrutura do Poder Judiciário do Estado; a Comissão informou que a presidência já está providenciando a implantação das Centrais de Conciliação e, que a referida implantação está a cargo do Des. José Luiz Oliveira de Almeida. 9) Proposta do Excelentíssimo Senhor Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, membro desta Comissão, para acrescentar dois parágrafos ao art. 40 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do

Laur

M

A

①

Estado do Maranhão, que tratam sobre a posse dos novos desembargadores; a Comissão, unanimemente, resolve receber a proposta e encaminhar para apreciação do plenário. Do que, para constar, foi por mim, Paula Gardênia Costa Serra, designada secretária *ad hoc* da Comissão, lavrada a presente ata, depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada.



Desembargadora Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães
presidente



Desembargador Cleones Carvalho Cunha
membro



Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos
membro



Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa
membro



Servidora Paula Gardênia Costa Serra
Secretária designada